

A FEBRE DO OURO E A MALÁRIA NA AMAZÔNIA: UMA AMEAÇA PARA OS YANOMAMI

Os Yanomami, habitantes ancestrais das florestas tropicais amazônicas do Brasil e da Venezuela, são um dos maiores povos indígenas das Américas. Com uma população estimada em 3.845 pessoas, eles vivem em relativo isolamento, dispersos em 665 comunidades em 18 milhões de hectares de floresta tropical transfronteiriça. Atualmente, a expansão ilegal da mineração de ouro nesse território está ameaçando o bem-estar do povo Yanomami. Em 2018, a Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas registrou 4.472 locais de mineração ilegal na Amazônia, sendo 50% deles localizados no território Yanomami brasileiro e 32% na Venezuela. Essa atividade estrangeira cresceu nos últimos anos, trazendo consigo o desmatamento, a destruição de bacias hidrográficas, a contaminação, a perda de biodiversidade, a violência, o deslocamento social, a desmobilização de equipes de saúde e o aumento de doenças infecciosas, como a malária. Essa infecção, causada por espécies do parasita *Plasmodium* e transmitida por mosquitos do gênero *Anopheles*, tem a floresta amazônica como paisagem natural. O desmatamento causado pela mineração de ouro a céu aberto aumenta as populações de mosquitos vetores e, com isso, o risco de transmissão da malária entre os garimpeiros e os povos indígenas que vivem perto de florestas perturbadas.

Em janeiro de 2023, o Brasil declarou uma Emergência de Saúde Pública para os Yanomami, uma situação crítica que continua em 2024. Ao longo de 2023, foram registradas 308 mortes, 21% delas atribuídas à malária; enquanto os casos aumentaram 75% (26.466 casos) em comparação com 2022, indicando que quase 100% da população Yanomami no Brasil (1.815 habitantes) havia contraído malária (Senra, 2024). Na Venezuela, dados não oficiais indicam que, até o final de 2023, houve mais de 85 mortes por malária entre os Yanomami (SOS ORINOCO). Isso revela uma taxa de letalidade maior do que a registrada no Brasil (63 mortes) e sugere uma situação de saúde preocupante. Comparativamente, 89 mortes por malária foram os relatórios finais em 2022 dos 17 países endêmicos de malária na América Latina, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. A situação de saúde dos Yanomami na Venezuela não pode ser corroborada oficialmente porque os números epidemiológicos não são publicados desde 2016 e as informações de saúde em geral são censuradas. No entanto, os fatos a seguir sugerem uma situação semelhante à do Brasil.

Os Yanomami circulam livremente entre o Brasil e a Venezuela em seu território. Mineradores ilegais do Brasil fizeram incursões no território Yanomami venezuelano durante 2023, de acordo com fontes locais. A malária no norte do estado do Amazonas (Venezuela) em 2022 apresentou um aumento

de 2,5 vezes em relação a 2020, em resposta ao aumento progressivo da mineração ilegal local. Por sua vez, a Amazônia venezuelana tem experimentado um aumento significativo na mineração de ouro e na malária associada desde 2014, como resultado da grave crise econômica e social, da permissividade e/ou falta de regulamentações territoriais diante da expansão da mineração e do enfraquecimento do sistema de saúde. Desde 2015, a intensificação do desmatamento na Amazônia brasileira, em parte causada pela mineração ilegal, promoveu um ressurgimento da malária no Brasil, semelhante ao da Venezuela. Como resultado, ambos os países contribuíram com >50% dos casos de malária na América Latina nos últimos 10 anos.

Infelizmente, a malária, quando não tratada a tempo, pode ser fatal, principalmente em crianças com menos de 10 anos de idade, conforme evidenciado por estudos em comunidades Yanomami. O padrão de assentamento disperso dos Yanomami na selva remota, principalmente na Venezuela, representa um desafio para a atenção oportuna do sistema de saúde. O plano de saúde Yanomami, iniciado em 2003, enfrentou esses desafios e obteve conquistas importantes durante alguns anos na Venezuela. Ele colocou em prática o treinamento de agentes comunitários de saúde e a logística adaptada a esse padrão de assentamento, permitindo o acesso regular de equipes médicas a comunidades remotas. Essa estratégia de atendimento, que agora foi abandonada devido à crise na Venezuela, deve ser retomada. O Brasil, por sua vez, deve reintegrar a equipe de saúde nos postos que foram abandonados no território da etnia Yanomami devido à violência do garimpo. A expansão das atividades ilegais de mineração exige um controle permanente e conjunto de ambos os países devido às implicações de segurança nacional dessa ocupação de terras. No curto prazo, as ações urgentes a serem tomadas pelo Brasil e pela Venezuela devem ter como objetivo enfrentar e deter a emergência sanitária, ambiental e social que põe em risco o frágil equilíbrio dos Yanomami, guardiões da nossa Amazônia.

MARIA EUGENIA GRILLET
IZET, Facultad de Ciencias
Universidad Central de Venezuela, Venezuela.
e-mail: mariaeugenia.grillet@gmail.com

Referência

Senra EB (2024) Nota Técnica - Atualizações sobre o garimpo na Terra Indígena Yanomami e seus impactos na assistência à saúde no período da Emergência Sanitária. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/atualizacoes-sobre-o-garimpo-na-terra-indigena-yanomami-e-seus-impactos-na> (Cons. 20/01/2024).